

# ANTROPÓLOGO MILITANTE: ¿INVESTIGADOR Y OBJETO DE ESTUDIO? LA INVESTIGACIÓN Y LA MILITANCIA EN LA ANTROPOLOGÍA CONTEMPORÁNEA

Militant anthropologist, researcher and/or subject of study?

Research and militancy in contemporary anthropology

*Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo?*

*Pesquisa e militância na antropologia contemporânea*

JEFFERSON VIRGÍLIO\*

Fecha de recepción: 3 de diciembre de 2014 - Fecha de aprobación: 26 de enero de 2015

## Resumen

El artículo aborda las reflexiones producidas después de la realización del trabajo de campo sobre las manifestaciones estudiantiles portuguesas, entre los años 2012 y 2013. Se sugiere una revisión y reconstrucción de las preconcepciones metodológicas durante la ejecución del trabajo de campo en antropología. Se genera una revisión teórica de la investigación y del activismo en la antropología contemporánea, y abre un diálogo con lo observado en el campo.

**Palabras clave:** antropología reflexiva, militancia antropológica, movimientos estudiantiles.

## Abstract

This paper refers to reflections produced after conducting fieldwork about Portuguese student manifestations, that happened between 2012 and 2013. It suggests a revision and reconstruction of methodological preconceptions while performing fieldwork in anthropology. It produces theoretical review regarding research and activism in contemporary anthropology, while open dialogue with was observed on the fieldwork.

**Keywords:** reflective anthropology, anthropological militancy, student movements.

## Resumo

Remete-se a reflexões produzidas após a realização de trabalho de campo sobre as manifestações estudantis portuguesas, entre os anos de 2012 e 2013. Sugere-se a revisão e a reconstrução de preconceções metodológicas durante a execução do trabalho de campo em antropologia. Produz-se a revisão teórica sobre a pesquisa e sobre a militância na antropologia contemporânea, enquanto profere diálogo com o observado em campo.

**Palavras-chave:** antropologia reflexiva, militância antropológica, movimentos estudantis.

\* Antropólogo e Investigador Núcleo de Identidade de Género y Subjetividades. Universidad Federal de Santa Catarina - en el PPGAS/UFSC e NIGS/UFSC. (Brasil)/Universidade Nova de Lisboa - Bolsista Erasmus Fellow-Mundus 2014-2015. (Portugal) Correo electrónico: jv.ufsc@gmail.com

## Perspectivas do futuro antropólogo<sup>1</sup>

O antropólogo prima pelo contato com outro modo de viver, e como estudante de antropologia, eu enxergo o processo nos moldes de um **rito de passagem** (cf. Van Gennep, 1960:3-5) o qual é realizado como intercâmbio acadêmico já nos primeiros passos na academia. Ao final de 2011 eu me candidato para ir a Lisboa e em 2012 desembarco lá não imaginando que observaria os movimentos estudantis de rua que observei: Estudantes portugueses nas ruas pedindo alterações nos modelos estudantis existentes, tal qual descrevo brevemente abaixo (diários pessoais, com adaptações).

“São jovens, entre 18 e 25 anos, em sua grande maioria, sem grande distinção por gênero. Visualmente estão identificados tanto pelas vestes acadêmicas, como por cartazes, identificando universidades de origem e/ou reclamações que dirigem ao governo. Segundo policiais consultados são três ou quatro centenas de estudantes. A interação de manifestantes com o meio urbano ocorre pelo trânsito pedonal em um percurso previamente definido que, no entanto, pode ser (e foi) alterado, onde aos gritos solicitam revisões nos programas governamentais direcionados à educação de nível superior”.

Os atos ocorrem como passeatas em resposta a solicitações não atendidas de melhorias nas condições de estudo. Estudantes se ausentam de faculdades manifestando publicamente nas ruas a indignação. A manifestação estudantil é, em Lisboa, a opção para se relacionar com agentes do governo e como se expressar para pedir mudanças.

Na Europa outras greves prévias ajudaram a interromper medidas de austeridade e a europeus serem demitidos. Assim eu vejo as manifestações estudantis como uma vertente desta insatisfação, se expressando além da identidade de trabalhadores.

Inicialmente eu primo por encontrar o **habitus** (cf. Bourdieu, 2005:191) de manifestantes lisboetas, mas ao desenvolver a pesquisa, eu alcanço percepções que problematizam questões que não são reflexos de interlocutores, mas sim, reflexões sobre estes reflexos. Ao invés de tentar descrever como eu sou quase expulso de uma manifestação, eu busco compreender como de fato este evento se desenvolveu, mas principalmente os impactos deste **contato** (cf. Cardoso de Oliveira, 1964: 127-129) para os resultados finais da pesquisa.

Cardoso de Oliveira produz uma reflexão teórico-sociológica, onde a denominada **fricção** é constituída no destaque de influências e expectativas que se revelam antagônicas na descrita situação de contato entre dois grupos sociais. A abordagem do autor não reforça ou sugere o desaparecimento de quaisquer dos grupos, mas o surgimento de um novo tipo de agente social provocado pela mistura. A teorização proposta em torno do **caboclo** de Roberto Cardoso de Oliveira representa certa ambiguidade entre duas identidades ou culturas, que compreendo dotadas de extrema valia para tratar do traço de vista que perpassa por múltiplas identidades da e na pesquisa.

Para tornar perceptíveis estas reflexões, eu sugiro deslocamentos do posicionamento do antropólogo onde a prática de militância pode ser parte da pesquisa, apresentando desenvolvimentos teóricos que agrupam deslocamentos de vista, e que analisados em conjunto, permitem atingir perspectivas com orientação múltipla e relacionadas entre si. O conjunto destes deslocamentos eu denomino como **traços de vista**, que em meu caso, como antropólogo militante no campo de pesquisa, prima por analisar o observado em campo como pesquisador, como militante e como sujeito de estudo.

A proposta de **antropologia militante** supera limites indígeno-cêntricos que alguns antropólogos imprimem sobre a **antropologia da ação** de Roberto Cardoso de Oliveira e Sol Tax. Limites possíveis de ser identificados na revisão de Melatti (2007:24, grifos pessoais) sobre a “antropologia brasileira”, por exemplo:

“Os anos 70 foram marcados por um esforço, **que continua a vigorar**, de alguns etnólogos em colaborarem com os povos indígenas, pelos quais se interessam academicamente, na obtenção de soluções para seus problemas mais urgentes, como demarcação de terras, assistência médica, instrução, administração direta pelos índios de sua produção para mercado e outros. [...] Para essa **antropologia da ação**, como a chamou Cardoso de Oliveira, também são importantes os estudos voltados para a etnicidade, mormente quando no próprio seio do órgão protecionista governamental alguns funcionários resolvem distinguir índios de não-índios a partir da quantificação de critérios tomados a priori e em desacordo com o estado atual dos conhecimentos etnológicos”.

O avanço é proposto ao propor alguma bricolagem pela influência e contato com a **antropologia aplicada** portuguesa, representada por Afonso (2006), a **antropologia engajada** estadunidense (Low & Merry, 2010) e a **militância feminista** sugerida nas pesquisas homônimas (Fernandes, Grossi & Mello, 2013).

A introdução de leitores em meu discurso é feita ao apresentar os **dispositivos** (cf. Foucault, 2000:244) que encontrei na pesquisa. Mas antes de listar os agentes no campo estudado eu faço a problematização sobre o papel dos **atores** (cf. Latour, 1994:59) na ocorrência dos eventos, pela presença em locais da pesquisa, como sujeitos e objetos de representação de discursos e práticas. Assim, produzo uma discussão menos descritiva e mais dissertativa, de como se deu a entrada e diria aceite do pesquisador no campo.

O posicionamento onde reduzo a densa descrição em minha argumentação dialoga com críticas que vão desde a incapacidade do antropólogo em assumir a incompreensão do modo de pensar do outro (Gellner, 1990:84-90), passando pela limitada crítica interpretativista antropológica (Miceli, 2003) e pelas falhas da proposta teórica sugerida por Geertz (Reynoso, 2007:145-148) até a dificuldade em traçar a distância entre questões que devem sair do campo e a prática etnográfica (Thomas, 1991:312-314).

Eu questiono o exagerado valor que alguns antropólogos proferem para a etnografia (Amoroso, 2012), e a sobreposição e confusão entre antropologia e etnografia (Uriarte, 2012:171-172), mas principalmente por reduzirem a etnografia à escrita **descritiva densa** (cf. Geertz, 1973:6), e os impactos que este reducionismo provoca para a disciplina, com foco na limitação da variedade de método para a execução de atividade etnográfica.

Goldman (2008:5-6) e outros questionam a revisão de conceitos clássicos, sendo agravada a situação por incluir valores dotados de veracidade quando os seus criadores permanecerem vivos (Kuhn, 2006:190-192; Foucault, 1977:32-40). Eu não coloco que a etnografia não deve ser realizada e não menosprezo o uso da descrição densa, mas eu tenho receio da validade cega implantada à mesma, e do não questionado aceite e incentivado protagonismo metodológico. Eu incentivo problematizar a naturalização da unificação do método e da redução de perspectiva que estamos impostos.

Adianto que compartilho e reitero a crítica de Reynoso (2007:145, grifos pessoais) para alertar dos absurdos da fantasia de Geertz ao ignorar o básico sobre hermenêutica ao supor pratica-la:

“Consiste en haber olvidado que la hermenéutica se funda en la descripción de la acción significativa desde el punto de vista del actor, punto de vista que Geertz minimiza sistemáticamente, seducido por su propia habilidad para desparramar adjetivos y por las referencias cultas, resemanizaciones instantáneas y citas oportunísimas con las que busca deslumbrar al lector. Como lo proclamarán hasta el hartazgo los polifonistas, dialógicos y heteroglotas de la etnografía posmoderna, en la escritura de Geertz nunca se deja escuchar la voz del informante, y hasta su nombre se nos escamotea”<sup>2</sup>.

A advertência a quem ousa se proclamar interpretativista ao reduzir a antropologia à etnografia, e esta em “descrição densa” é também sugerida por Verde (2010:267, grifo pessoal):

“Onde antes a diferença cultural era um dado, agora ela é construção, onde antes se interrogava o que era exótico para torná-lo familiar, agora se olha o familiar de forma a torná-lo exótico. A marca da antropologia já não é a distância, mas o olhar distanciado”.

Como estudante eu aprendi que antes de iniciar uma pesquisa, e ser aceito como pesquisador, eu sou apresentado a uma coleção de autores que devem ser lidos, permitindo a formação de discurso argumentativo. O momento de formação e inclusão na academia é o primeiro agente da prática de construção do campo (Kuhn, 2006:19-20). A situação não se reduz aos escritores com larga produção acadêmica. É visível em múltiplas leituras de um material ou quando o discurso analítico possui perspectivas teórico-metodológicas heterogêneas e espaçadas temporalmente, sendo distribuída em múltiplas disciplinas ou docentes. O encontro com clássicos<sup>3</sup> constrói a referência que garante embasamento teórico que é útil no longo trabalho de campo (Buffa, 2005:34).

Caso não seja suficiente esta é complementada com autores mais contemporâneos e/ou menos conceituados. Autores que são estabelecidos em

uma dinâmica que envolve particularidades de docentes e disciplinas, características do contexto histórico e cultural local, sendo que o contato com estes autores fornece a fundamentação teórica e permite identificar o estado da arte da ciência (cf. Kuhn, 2006:20-21), sendo esperado que o estudante se transforme em pesquisador dialogando com o estado da arte. E assim pressupostos teóricos são respeitados, mas também lentamente revistos e reconstruídos.

Transformações na disciplina não são realizadas de modo drástico, pois dependem de aceite de seus representantes (Kuhn, 2006:25-27). Assim, eu procuro desconstruir verdades previsíveis e colaborar com a reflexão metodológica na antropologia contemporânea. Eu proponho refletir sobre a construção do saber etnográfico, ao focar em situações que envolvem o posicionamento do pesquisador sobre o campo, e vice-versa. Mais do que deslocar **do perto ao longe** (cf. Eribon & Lévi-Strauss, 1990), clamo pelo deslocamento epistemológico, que denomino como **deslocamento de funcionalidade**, onde aplico parte das propostas de Wall (2006:10) e Cohen (1992:224), do uso do corpo como ferramenta de produção de conhecimento sobre o outro. Ignorar a influência sobre o campo e do campo sobre si é reduzir a percepção e possuir imagens do campo e de si distorcidas.

### **A transformação em antropólogo produzida pelo campo**

Nos primeiros anos de estudo em antropologia, o neófito se identifica com autores que mantêm contato, adquirindo uma específica ou abrangente bibliografia que utilizará na pesquisa em uma primeira publicação, sendo encorajado a selecionar áreas temáticas e

constituir intencionalidade e se direcionar a um campo específico. A participação em um núcleo de pesquisa remete automaticamente ao interesse por uma área temática e ao vínculo com um orientador. As leituras sustentam orientações teóricas e metodológicas.

Eu reflito sobre a prática etnográfica, e como primeiro graduado em antropologia em minha universidade, eu busco provocar a reflexão sobre o que deve ser o trabalho de conclusão deste curso.

Tenho no Brasil inicialmente contato com um núcleo de pesquisas e com a respectiva coordenação. E em Portugal eu ingresso em um grupo de pesquisa com singular coordenação. Estes dois centros de pesquisa, e suas coordenadoras, são ambos constituintes dos nortes teórico e metodológico de minha pesquisa. Os contatos com docentes orientam uma primeira visão teórica, porém esta não é tão previsível. As interferências são visíveis, porém não são limitantes e únicas. Eu recebo influências da minha universidade, de segunda e terceira universidades, do campo pesquisado, e de agentes externos.

Após ingressar no campo é tentador utilizar referenciais teóricos e testar métodos de trabalho, mas o que se encontra em campo difere do ideal. Referências à situação são vastas em antropologia, como os relatos de Adami (2008:24-27) e Herzfeld (1987: prefácio). Porém a surpresa ao tentar aplicar a teoria não é unânime, como visível em outros trabalhos, que incluem Stafford (2000:56-57), Latour (2008:31-33) e Mead (1963:320-322), ao praticamente aplicarem a teoria deduzida ou conhecida, e confirmar prévias suposições.

Eu saio do Brasil com a certeza de realizar um trabalho comparativo entre a teoria antropológica e a teoria da tradução. Não pensei em realizar

campo em Lisboa e não iria realizar atividades de pesquisa para o TCC, mas durante a minha estadia na capital portuguesa tive contato em nível acadêmico e pessoal com as manifestações portuguesas. Na academia eu participei do citado grupo de pesquisa, que é fundante no encontro com o campo, ao estabelecer uma das responsáveis como orientadora de meu TCC ao identificar adequada metodologia para pesquisar em manifestações de rua portuguesa contemporânea.

Eu também perdi um voo pessoal durante a greve dos transportes. Voo este que, naquele momento me levou a se informar sobre “o que diabos esta gente tem na cabeça para fazer uma greve hoje (uma quarta-feira)?”. E nesta busca por maior informação relacionava o que lia a respeito com o que observava para as pesquisas do e no grupo.

O meu contato prévio com movimentos sociais é teórico e limitado ao Brasil pós-ditadura e à revolução mexicana. A participação em manifestações de rua é quase inexistente. O conhecimento sobre História de Portugal era restrito entre a “colonização da América” e a “Independência do Brasil”. Assim eu aprendo com e no campo sobre ele.

Eu tenho contato prévio com antropologia econômica e política, que é esperado o uso das referências, mas no contato com manifestantes, ficou-me evidente a urgência de tratar de questões que não dialogavam com estes recortes de perspectiva.

Eventos que transformam as percepções teórico-metodológicas e demonstram a impossibilidade do pesquisador ser o fator decisivo do recorte de estudo, como Oliveira (2008:97-99), por exemplo, sugere. A decisão sobre o que e quando pesquisar depende da abertura dada ao campo e da percepção sobre a relação que se constrói com o campo.

Fornei esta abertura, tanto ao me envolver com as manifestações, como ao buscar maiores detalhes sobre as greves e passeatas. Outra opção seria simplesmente as ignorar.

Reforço ainda que uma pesquisa secundária pode permitir ao antropólogo mudar o campo, e até abandonar a pesquisa principal, como quando abandonei a minha análise entre a tradução cultural e a literária para “tentar identificar o *habitus* dos manifestantes”, *habitus* que é descrito por Bourdieu (2005:191, grifos pessoais) como: “Um sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

A proposta para encontrar o *habitus* de manifestantes remete a análise etnográfica, nos moldes da antropologia descritiva de Geertz, conforme sugere e incentiva a academia antropológica nacional. Ao desenvolver a pesquisa são identificados outros elementos e outros fatores que influenciam a pesquisa enquanto revelam algumas facetas do objeto de estudo antes desconsideradas ou próximas da invisibilidade de problematização teórica.

Fatores externos à academia são elementos que podem intervir na pesquisa. A perda do embarque provocado por uma greve de trabalhadores me aproxima das manifestações. Aproximação que foi reforçada com a frequência em um grupo de pesquisa sobre movimentos sociais. Eventos acadêmicos externos à pesquisa, como a frequência em disciplinas adicionais, propiciam contato com outros pontos do traço de vista e podem ser decisivos para a definição do campo de pesquisa.

O contato com a docente de uma disciplina extra, além de meu curso, já em um curso de mestrado específico, é que permitiu o ingresso

no grupo de pesquisa. A docente da disciplina é parte do respectivo e me convida ao mesmo. A docente se torna co-orientadora da pesquisa para a monografia que escrevo para a minha universidade de origem.

Reestabelecido em nova área de pesquisa eu inicio a escrita de outro projeto de pesquisa, que é avaliado, aceite e revisado pelas orientadoras. Recomendações teóricas e metodológicas não são conflitantes, sendo complementares entre si<sup>4</sup>. A orientação dupla é urgente para esta pesquisa e em sua ausência, dificilmente desenvolveria percepções que construo e exponho como o sugerido primitivo conceito de **traço de vista**.

Eu compreendo traço de vista como um agrupamento de pontos de vista, que uma vez analisados em conjunto permite atingir uma perspectiva que possui orientação múltipla, mas relacionadas entre si, permitindo alargar as considerações sobre o observado em campo.

Em uma manifestação estudantil, recebo a abordagem de um manifestante, que me identifica, após minha quase expulsão da manifestação, como um “estudante brasileiro de antropologia, com interesse em política e movimentos estudantis portugueses”, e se categoriza como “estudante português de política, com interesse em antropologia e movimentos estudantis brasileiros”. Ele teve a iniciativa de me abordar e detém a capacidade de se incluir na pesquisa, além de definir o método a ser adotado na mesma.

A entrada e a reação deste interlocutor permitem o precioso e ágil deslocamento de percepções sobre os movimentos estudantis e o estabelecimento de contatos formais fundamentais em minha pesquisa. Jorge nos identifica como estudantes, pesquisadores e militantes por direitos e políticas estudantis, com reflexiva e espelhada xenofilia acadêmica.

Quando me identifica como militante, diz que sou parte do movimento. Não apenas como observador externo, mas agora faço parte da manifestação como agente e ator. Esta colocação que me retrata como militante abre espaço para reflexões que culminam em alterações em minha monografia para tratar de militância, intervenção e reflexividade.

Eu não considerei antes tratar de militância ou ser tido como ativista. A situação ocorreu pela abertura em **ser afetado** (cf. Favret-Saada, 2005:159-161) pelo campo. Era inconcebível um brasileiro ser parte de um grupo de portugueses. Eu sempre teria uma alteridade inerente. Mas no campo descubro que além de brasileiro, sou estudante de ciências humanas, e conforme Jorge: “és principalmente um pesquisador de manifestações estudantis portuguesas”. O que me fez rever as categorias para classificar a identidade minha e de interlocutores. Antes, era a mim improvável eu sendo parte do grupo estudado e de realizar campo com esta proximidade. Eu alcanço a posição onde percebo que estudar estudantes é mais engrandecedor e singular do que permanecer com os trabalhadores. Não era um julgamento entre “melhores ou piores sujeitos de estudo” e sim de qual distância eu teria do campo e principalmente como eu poderia tentar problematizar a distância.

Quando mais familiarizado com os colegas de manifestação eu recebo sugestões de contatos para a pesquisa, que me encaminham a mais contatos, e assim sucessivamente.

De Jorge eu chego a Clara, líder da chapa de oposição, que me encaminha à Alice, filha de um amigo de seu pai, ambos, antigos políticos da região de Lisboa e Sintra. Sem dar conta usava a **amostragem por bola de neve** (cf. Goodman, 1961:148-150), que era até então,

a mim, um método ineficaz e viciado. Destaco aqui nos interlocutores agentes na pesquisa ao se incluírem como parte do estudo e ao decidirem a metodologia de pesquisa. Após a aproximação de interlocutores na escolha da metodologia, a discussão que analisava manifestantes como um **movimento social** (cf. Tournaine, 1981: introduction) é alterada para discutir relações entre o antropólogo e o campo. Transparece como as teorias que levava ao campo eram inadequadas para aquele campo. E nesta incompatibilidade, eu poderia manter o discurso teórico em uso, mas escolho aceitar a proposta teórica do campo.

Além da antipatia pela amostragem em bola de neve eu resisto ao uso de recursos da antropologia visual, por ignorância pessoal e desconhecimento acerca de suas metodologias e técnicas. O campo é dotado de elementos com alta carga de informação visual, assim os objetos acabam como agentes (cf. Latour, 1994:59-60) no campo. Após a intervenção de um professor<sup>5</sup>, se tornou urgente a análise destes dispositivos imagéticos. Eu não prezava por dialogar com a proposta de Bruno Latour para a agência de objetos, porém era adequado para compreender meu campo de estudo. A relação entre manifestantes e os artefatos imagéticos é fundante e orientadora em ações.

Como um de meus receios remetia a validar em minha universidade de origem as disciplinas frequentadas em Lisboa, as frequentei em duas universidades distintas. Algumas discussões eram metodológicas e influenciaram as decisões sobre métodos de pesquisa. Há um claro aceite meu por sugestões de docentes de cursos de métodos de pesquisa em duas distintas universidades instaladas em Lisboa, após estes ouvirem sobre a minha pesquisa.

A frequência em cursos além daqueles que eu mantinha convênio é crucial para permitir o privilegiado encontro com o campo e para ter acesso a perspectivas extras quanto ao campo. Perspectivas que se unem em um traço de vista, expandindo as considerações sobre o campo. Devido à posse de múltipla matrícula e do acúmulo acadêmico, reitero a importância de analisar o que é estudado, e como é estudado, partindo por quem estudou. O pesquisador não pode ser excluído da pesquisa e é parte da construção dos resultados da respectiva. Tal qual a dupla orientação, tenho dúvidas se atingiria similares percepções se eu permanecesse limitado à apenas uma universidade, e apenas um curso de antropologia.

Neste sentido, eu indago se somos responsáveis pelas decisões sobre nossos campos de pesquisa. Independente de nossos interesses pessoais teóricos e metodológicos há a possibilidade do campo por discutir construções que não se julgava existir antes do contato com o mesmo. E até utilizar dispositivos antes impensáveis. A metodologia de pesquisa, as orientações teóricas, e o campo de estudo são definidos e afetados por agentes sociais, sejam como interlocutores inseridos no contexto de pesquisa sejam na representação externa à pesquisa. Também são dimensionados por momentos e eventos vividos e são ainda moldados por locais, representantes ativos ou não na pesquisa.

Há a real capacidade de o campo afetar a metodologia de pesquisa, e quando o pesquisador fornece a abertura adequada, é possível a total revisão de valores pessoais. De fato, se permite **aprender com o outro**. Isto é fazer antropologia.

## A crise política e a violência como singularidades na etnografia

Vivemos no ambiente que prima por ser globalizado, unificado e padronizado, mas ao invés de desenvolver melhores condições de vida, provocamos crises. Crises que clamam por análises sociais que atinjam explicações para compreender estes eventos. É de se esperar que o antropólogo seja inserido como analista nestas situações.

O etnografar pode complicar conforme o terreno onde o pesquisador se inserir. O espaço é provocador de alterações metodológicas na pesquisa. Situações de conflitos militares, políticos e religiosos são exemplos onde a etnografia precisou de adaptação (Nordstrom & Robben, 1995:4-6). Práticas clássicas de etnografia não são suficientes. Alterações podem ser contrárias aos preceitos intrínsecos ao senso comum antropológico.

O ambiente é capaz de moldar os sujeitos que com ele interagem (Bourdieu, 1990:53, grifo pessoal):

“The conditionings associated with a particular class of conditions of existence produce **habitus**, systems of durable, transposable dispositions, structured structures predisposed to function as structuring structures, that is, as principles which generate and organize practices and representations that can be objectively adapted to their outcomes without presupposing a conscious aiming at ends or an express mastery of the operations necessary in order to attain them. Objectively ‘regulated’ and ‘regular’ without being in any way the product of obedience to rules, they can be collectively orchestrated without being the product of the organizing action of a conductor”<sup>6</sup>.

Quem sofre a moldagem pode ser sujeito de estudo ou o antropólogo. Ignorar a chance de ser afetado é problemático em situações menos catastróficas, e é crucial onde a crise é latente.



Os movimentos de protestos estudantis lisboetas apresentam frequente confronto com forças policiais e o contexto onde me identifico como pesquisador é precedido pela minha quase expulsão pelos manifestantes pelo uso da força física.

Favret-Saada (2005:158-161, grifos pessoais) demonstra a urgência de estar ciente e aberto quando problematiza e apresenta o **ser afetado** e os impactos deste na pesquisa:

“Afirmo [...] que ocupar tal lugar [...] não me informa nada sobre os afetos do outro; ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens, sem, contudo, instruir-me sobre [...] meus parceiros.

&

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assumo o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer” (pp. 159 e 160, respectivamente).

Sugiro que o antropólogo considere que diferentes campos produzem diferentes influências sobre si. Apenas esperar é proveitoso como experiência, porém insuficiente para a prática antropológica. A abertura de Favret-Saada pode ainda ser complementada por algo que busca o mesmo fim por outro meio. Marcus (1995:113-114) sugere que o antropólogo atue como atíva consoante o obtido nas práticas de campo.

Marcus e Favret-Saada argumentam que tais práticas não são aplicáveis em qualquer contexto. Os convites ocorrem aqui como sugestão e não como recomendação. Não se propõe mudar as práticas antropológicas, e sim adapta-las ao momento vivido. Ao deixar ser afetado pela influência do campo eu atinjo pontos de vista sobre a pesquisa que permitem a abertura para um maior envolvimento e participação junto aos manifestantes, que por sua vez permitiu acesso a questões que eu jamais julguei existir.

O salto metodológico, aceito apenas em situações especiais, é saudável para a manutenção da disciplina enquanto dinâmica construção do saber e demonstra a urgência de menor fixa estruturação dos modos de trabalho de campo em antropologia. Compreender um terreno em crise é um desafio ao pesquisador e agravado quando se tem origem alheia e concepção prévia sobre. Além de desconstruir visões do mundo, é dever rever teorias e práticas. A inserção ao campo pode provocar total revisão teórica e metodológica, e quando ocorre com alguma violência, o discurso político é agravante para a revisão.

É inviável compreender contextos com violência intrínseca ao meio com teorias convencionais. Terrenos em crise pedem condições de trabalho únicas, e o antropólogo vai adaptar o método de trabalho. A antropologia não se mantém sendo reacionária e conservadora quanto a percepções, usos e limites de tipos de métodos de trabalho. Há mais antropologia além da publicação etnográfica, e mais etnografia além da descrição fabricada do Outro enquanto exótico e distante.

A crise além de mexer com preceitos teóricos do antropólogo transforma noções dos nativos. O cotidiano inexistente, pois foi corrompido, abalado ou destruído devido aos eventos. Identidades, valores, signos, expectativas, projeções e padrões são perdidos ou desconstruídos. O antropólogo não encontrará índices tão facilmente. Pode inclusive não os encontrar. Pois mesmo conceitos e laços de união sociais, como ligações familiares e de parentesco, e relações mantidas por crença, são tidas como resistentes, e podem deixar de existir ou perder confiabilidade em situações de instabilidade. Assim, o pesquisador que não se afirma como parte do grupo é um dos primeiros laços a serem desfeitos.

O etnógrafo pode em contextos de crise identificar como os nativos reconstróem valores permitindo ao pesquisador se orientar na reconstrução de métodos de trabalho. Enquanto nativos perdem norteadores sociais, o antropólogo perde norteadores teóricos e metodológicos. É uma oportunidade única para aprender com o sujeito de pesquisa e o campo de estudo. É uma aplicação real da antropologia que há muito fora esquecida. O antropólogo não deve apenas saber como descrever o outro, como grande parte de antropólogos expõem em seus discursos e práticas. O papel do antropólogo é tentar, inutilmente, compreender as redes de relações nas quais terceiros estão inseridos. A descrição é apenas um, dentre tantos modos de tentar atingir esse saber. Alguns autores (Gellner, 1999:3-5; Reynoso, 2007:136-140; Verde, 2010:266-267) já evidenciaram a incapacidade de antropólogos em efetivamente praticar antropologia e na insistência destes em reduzir a disciplina a uma prática literária de descrição fabricada do exótico outro. O tentar aprender **com** este outro, em substituição ao **sobre** este outro, está perdido.

Eu poderia construir a descrição do vivido, como Geertz (1973), Evans-Pritchard (1992:21-28) entre tantos outros, declarando como entrei em campo ou como fui aceito pelos manifestantes, mas não existe entrar ou sair de campo. Estamos sempre revendo a manutenção de nossa posição. A inclusão de terceiros ao grupo focal ocorre em momentos pontuais. Aproveitar a chance pelo antropólogo não pode ser alvo de contestação por quem ouse praticar antropologia, em especial por quem não esteve lá. Em um quase apelo à **autoridade etnográfica** (cf. Clifford, 1983:118-119): Você não sabe o que é estar lá.

E por compreender que se o meio é agressivo e impõe valores que agridam outros seres humanos, é papel do antropólogo intervir. Poucos são os atores que possuem esta opção como realidade na agenda e não apenas como desejo pretérito ou discurso público. Sugerir que a violência observada é violência do outro é conveniente, mas antes de optar por tal posição, o antropólogo deve ser ciente dos impactos que está se sujeitando, e sujeitando terceiros a receberem, agora e posteriormente. Apelo ao respeito à diversidade e prezo pelo relativismo não se traduz como aceitar tudo no conforto de supostos afirmados isolamentos epistemológicos.

Não existe observação mosca na parede, toda observação é intervencionista. É um argumento falho alegar que não intervém para reduzir ou eliminar da análise o fator intervencionista. O que ocorre é a incapacidade do antropólogo em intervir por receio a críticas posteriores e por não se identificar com os problemas de terceiros.

Pesquisas em cenários de risco possuem um fato de conhecimento prévio de antropólogos: A potencial extinção do objeto de estudo. As manifestações sociais, por exemplo, são desejadas como temporárias. Além da iminente chance da crise atingir maior alcance, e permitir a destruição do campo, há fatores que o pesquisador pode se deparar como a perda de acesso ao campo ou de contatos-chave. Ao contornar os incidentes, o antropólogo reduz o tempo de pesquisa e de convívio com os nativos. Uma aceleração é imposta para reduzir a chance de o trabalho ser interrompido antes de estar finalizado.

No meu caso, atenuantes são identificados: de sujeitos que apenas conversam durante manifestações a indivíduos que são presos ou hospitalizados. Se o antropólogo se mantém na

situação, quer admita ou não, em posição diferenciada e privilegiada aos nativos, não se permite obter percepções sobre a violência como as que os nativos têm.

Com uma ligação telefônica eu estou fora do campo e em segurança na academia. Se desejasse, eu abandonava a manifestação e voltava para casa. Para todos os efeitos, eu poderia convocar a identidade de estudante estrangeiro e dizer que nada sabia sobre a manifestação e que mal conhecia Lisboa. Não é somente uma questão de autoridade, e sim de alteridade entre antropólogo e nativo. É independente do contexto. O nativo não possui a capacidade de deslocamento da situação de violência tão facilitada.

A questão que envolve a alteridade entre antropólogo e nativo é identificável no discurso crítico de alguns brasileiros (Ramos, 2007:8-10; Ribeiro, 2006:152-154, entre outros) ao expressarem a preocupação sobre uma antropologia que prima pelo estudo do exótico. Desenvolver este protagonismo de recorte de pesquisa não é positivo no que tange o alargar da perspectiva antropológica, impede o tecer do traço de vista coletivo. Não somente não deve o antropólogo cair na armadilha da tentação de pesquisar somente o exótico, como deve problematizar situações familiares, como diria Velho (1978:37-42).

Ramos (2007) e Ribeiro (2006) pedem análises periféricas, não hegemônicas, incluindo as realizadas por nativos para alcançar novas perspectivas. Esta emancipação da prévia dependência do **antropólogo enquanto outro** fortalece a questão sobre a pertinência de não reduzir a metodologia a usar em campo pelos pesquisadores.

A metodologia do trabalho de campo não pode ser restrita a padrões canônicos, e a al-

teridade entre pesquisador e pesquisado não pode ser fixa e imutável. Para meu campo, a metodologia que defendo, onde o antropólogo é parte da pesquisa, como instrumento, e até fonte de informação (como em Wall, 2006, mas também em Cohen, 1992), a identificação e posicionamento do antropólogo são flutuantes. Saio da situação inicial de pesquisador estrangeiro, invasor e estranho, na manifestação para estudante militante, que é parte, dita como crucial e ativa, no movimento. É a exemplificação prática do deslocamento em um traço de vista. Em cada posição eu tenho a possibilidade de traçar uma parte da análise.

Sugiro um deslocamento que não se reduz a estar em campo e estar analisando o campo, e sim analisar o campo a partir de múltiplas perspectivas e posições, como pesquisador, como sujeito de estudo, e também como pesquisador que é sujeito de estudo. Há ainda o deslocamento extra, onde o antropólogo pratica o deslocamento epistemológico e um deslocamento de funcionalidade, onde cada antropólogo atinge diferentes pontos de vista e de contato com o campo e com os atores ali existentes.

Os diferentes posicionamentos do analista social tecem o traço de vista, e em uma análise mais ampla do campo, há o deslocamento de funcionalidade, que é perceptível quando o pesquisador problematiza relações que constrói com o campo. Quando tem em conta que as relações variam com cada corpo e identidade de pesquisador, conforme sugerido nas propostas de Cohen (1992) e Wall (2006).

A situação em meu campo ocorre ao questionar a minha situação acadêmica, onde eu estou inscrito em aulas em universidades distintas. Constatando assim que as reflexões que eu atinjo são após o contato com docentes de turmas adicionais, como já apresentado.

A noção de intelectuais cosmopolitas de Apiah (1996), onde o autor sugere uma identidade que transcende um ponto de pertença, e permite a reflexão sobre uma pertença múltipla, como a que observo quando transito de “pesquisador brasileiro infiltrado” para “estudante integrado ao grupo” foi crucial para completar a minha análise.

Um antropólogo nativo possui diferencial perante externos, e para meu caso, ser estudante é um valor reconhecido por todos. No contexto político de disputa, onde a palavra tem poder, há interesse em falar com quem passe a frente informações dadas ao pesquisador. Entre falar com pesquisadores mais velhos ou suspeitos repórteres, eu sou visto como uma melhor opção, por ser um jovem interno à faculdade. Ser antropólogo jovem me permitia escuta privilegiada nas manifestações estudantis.

O antropólogo deve ter ciência da situação de proximidade, realizando o trabalho com isto claro. Há em antropologia urbana, autores que abordam a temática: Gilberto Velho (2002), e toda uma gama de teóricos (Cardoso, 1986; DaMatta, 1987; Durham, 1984; Magnani, 1984; Velho, 1979, entre outros) demonstram as possibilidades da etnografia urbana e da pertinência deste recorte na prática antropológica que se evidencia na teoria antropológica brasileira durante as décadas de 70 e 80, por exemplo.

Mas nem toda a situação de crise é deduzida previamente pelo antropólogo, como a situação muito particular demonstrada por Adami (2008) entre os Hare Krshina. Para o meu caso, eu nem iria realizar a pesquisa. O suporte teórico que me acompanhava era distante do que eu levaria para trabalhar com movimentos sociais estudantis. E eu afirmo que não teria atingido similares conclusões, e duvido que eu fosse alcançar posições aproximadas, se tivesse che-

gado de outra maneira e com outro conjunto de teorias e metodologias.

### **Intervenção e subjetividade: pela emancipação do método em antropologia no Brasil**

Pelas concepções clássicas antropológicas (Kuper, 1994:541-543), o antropólogo deve ser distante daqueles que pesquisa, para ter o distanciamento necessário ao analisar práticas sociais. São reduzidos os autores que problematizam esta situação (Crapanzano, 1985 e 1994:71-74). Este distanciamento impede o antropólogo de formar laços e de intervir no grupo. Outros antropólogos (Da Matta, 1978:27-28) vão além, e sugerem esse afastamento e tornar exótico o familiar, buscando uma desnaturalização de categorias.

A prática da antropologia se limitaria à análise do outro, ignorando problemas a serem combatidos. Kellett (2009:25-28) sugere que a ausência de intervenção remete ao antropólogo que preza ser relativista ao extremo enquanto observa o seu objeto de estudo.

Para Kellett não é necessário que o antropólogo abdique de possibilidades de auxílio aos pesquisados enquanto realiza a pesquisa. Pressupõe uma extensão da antropologia aplicada pela prática de militância antropológica. Kellett sugere que toda a atividade antropológica tem metas, e estaria fadada ao fracasso, se agisse do contrário.

Albert (1997:57-58) também alerta para como o antropólogo não pode ser omissivo de posicionamento perante a quem este estuda: O projeto científico tem valores éticos e políticos. Mas há antropólogos que se enxergam isolados do campo, e assim tentam permanecer, por não concordar em sair da torre de marfim, que acreditam pertencer.

Um observador de movimentos sociais que apenas deixe as manifestações passar e que não se envolva, é apenas alguém a ser convidado para ingresso. Em um caso mais específico, como o meu em Portugal, **ao ser convidado para se colocar junto ao movimento**, tenho a prova de fogo, onde afirmo ou nego meu interesse com os sujeitos de estudo. Cedo ou tarde, o pesquisador pode ser forçado a decidir se irá entrar ou não no grupo, mesmo que, em uma posição de **liminaridade** (cf. Turner, 1969: 96-97; Van Gennep, 1960: 11). Esta posição pode ou não transitar para uma identidade mais ou menos nativa. O que reforço é que esta maior ou menor natividade não deve ser vista como dotada de maior ou menor cientificidade. Posições referenciais possuem cientificidades diferentes, e acesso a informações diferentes, conforme convoco em meu apelo ao traço de vista.

Scheper-Hughes (1995) complementa o já levantado por Kellett, quando informa que é desejoso abandonar a ideia de não intervenção, por um suposto comportamento ético quando os sujeitos de estudo estão em situação de vulnerabilidade. Para ela os nativos realmente esperam que a pessoa com quem dialogam faça algo por eles, ajude-os a resolver seus problemas. Consideram tal situação como o mínimo de reciprocidade. Fernandes, Grossi e Mello (2013) já demonstraram que há, na antropologia brasileira contemporânea, interesse e ação plena por parte de antropólogas em tecer alguma reciprocidade para o campo. Não apenas como uma menor reciprocidade para o campo, ou para os sujeitos, mas sugiro que o que acontece é uma limitação das possibilidades de prática etnográfica, provocada por um movimento de resistência de reacionários acadêmicos. Para Scheper-Hughes (1995), é preciso que o antro-

pólogo supere a ideia de “sentar a observar os ritos nativos”. Deve intervir, conforme o necessário, conforme o observado em campo.

Não somente a etnografia, mas conforme Cohen (1992), o próprio antropólogo é um dispositivo intervencionista e participativo na percepção sobre o outro. Primar por uma exclusão epistemológica para não provocar contaminação é de uma inocência tão elevada, como sugerir que antropólogos não são portadores de intencionalidade. Se desejarmos ser éticos, que sejamos orientados para o outro. A opção por não se envolver é uma ação que deve ser analisada pela moral e ética, e a não ação do antropólogo é que permite a continuidade e reprodução de desigualdades e injustiças dos mais variados tipos, nos mais diversos níveis e em sobrepostas configurações. O posicionamento como militante é facilitado em dados contextos, como quando o antropólogo está de passagem, como o meu caso. Na impossibilidade desta atuação, a reflexão sobre a posição, o aceite e o incentivo por esta prática a outros pesquisadores deve ser capaz de preencher lacunas que ficam em aberto, quando voltar para casa, e perder a natividade e os nativos.

O meu texto é uma demonstração deste incentivo. Espero que agora que estou impossibilitado de continuar em campo com os meus interlocutores após o retorno ao Brasil, que o texto permita a reflexão de colegas estudantes de antropologia sobre diferentes modos de realizar o trabalho de pesquisa em campo, já que a utilização da subjetividade na pesquisa em ciências sociais é tímida e recente. Há autoras, que como Grossi (1992) trazem a importância da subjetividade na prática etnográfica, destacando o papel do gênero na construção da percepção sobre o outro. A configuração do gênero como central esclarece porque as discussões sobre subjetividade são

observáveis em produções de antropólogas, e não de antropólogos, conforme a afirmação de Sardenberg (2004). Em contraposição, a situação da antropologia, salvo uns poucos abençoados praticantes da antropologia aplicada permanece na quase totalidade restringida à própria academia. A problemática sobre a implantação de práticas antropológicas fora da academia possui grande valor em ser concretizada, como as discussões produzidas em determinados contextos nacionais, como o visto em Low & Merry (2010) e Afonso (2006), por exemplo.

Para o contexto brasileiro, há a forte questão de incentivo de uso de antropólogos na demarcação de territórios de populações tidas como tradicionais. A constante presença de portadores de diplomas de pós-graduação em antropologia neste processo quase garante uma relação de causa/efeito no que se entende no Brasil por fazer antropologia e na produção dos nebulosos laudos antropológicos. O efeito é percebido na antropologia como algo que pode ser intervencionista naqueles que estuda. A antropologia da ação brasileira, que pode ou não remeter a antropologia aplicada estadunidense e portuguesa (cf. Afonso, 2006) apresenta outro desenvolvimento nacional singular, que é a intervenção destes cientistas sociais na produção de material consultivo em políticas públicas para uso pelo governo.

Assim, reforço que a antropologia, como construção de saber sobre o outro não se reduz ao espaço acadêmico. Seu desenvolvimento como produção de conhecimento e principalmente enquanto ciência está diretamente dependente da sua realização nos mais diversos usos, pelo maior número de agentes, na mais completa coleção de metodologias, pelo mais variado jogo de interesses e pelo mais longo tempo possível.

A emancipação da prática antropológica ocorre quando é permitido se realizar a pesquisa independentemente a padrões normativos e reacionários de conduta acadêmica. Não somente no que repercute a quem, quando ou onde a pesquisa se realiza, é urgente problematizar a normalização de como se constrói o saber antropológico.

Uma antropologia que prime pelo valor múltiplo é capaz de compreender e fomentar um uso misto, permitindo a existência de movimentos emancipatórios em múltiplas correntes de um mesmo pensamento, que é coletivo e libertador. A prioridade ou o incentivo para determinados grupos de análise vicia a antropologia e não agrega no longo prazo a formação da antropologia enquanto produtora de conhecimento humano.

Esta emancipação não deve incentivar a redução da prática antropológica com base na identidade da pessoa que realiza a pesquisa. Sugerir uma maior capacidade analítica com base em projetados níveis de natividade ou de alteridade reduz a diversidade de análise epistemológica em antropologia. Protagonismos de discurso político e público não devem ser confundidos com protagonismos de pesquisa científica.

Sugerir que a antropologia deve se limitar a cânones metodológicos que são independentes de contextos de inserção restringe o nascer de novas perspectivas de análise e cercam os desenvolvimentos de coleta e construção de informações, como impede a construção de algo que remeta a qualquer forma de antropologia. O método deve ser definido pelo antropólogo e interlocutores no diálogo que realizam entre si.

Impedir antropólogos militantes de praticar antropologia, ou fazer da antropologia uma militância são reduções restritas demais para um campo de atuação que já é pouco explorado. A

atuação do antropólogo não pode ser construída sobre uma base que seja apenas interesses da pesquisa, do pesquisado, ou do pesquisador. Os interesses são múltiplos e inter-relacionais. A antropologia não é uma ciência que busca uma resposta definitiva. Deve ser fato dado a qualquer antropólogo que o conhecimento an-

trropológico é infinito em dimensão, inalcançável em sua plenitude, interminável em alcance e em constante revisão e reconstrução de forma e corpo. Com este discurso, espero evidenciar a importância de trabalhos, que mesmo que não sejam inovadores em prática, sejam em perspectiva e posicionamento.

## Notas

<sup>1</sup> O artigo é síntese do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Antropologia, orientado por Miriam Pillar Grossi (PPGAS/UFSC) e Ana Isabel Afonso (FCSH-UNL). Inclui percepções recebidas durante a presença em grupos de pesquisa coordenados pelas docentes, em Florianópolis (Brasil) e Lisboa (Portugal). A pesquisa não é possível sem o apoio financeiro do CNPq nos projetos 479545/2012-0: *Antropologia, gênero e ciências* e 405165/2012-9: *Feminismo, ciências e educação: relações de poder e transmissão de conhecimento*, e da FAPESC no projeto *Antropologia, gênero e educação em Santa Catarina*. A estrutura física e os aportes teórico e empírico desenvolvidos no *Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades* (NIGS/UFSC) são cruciais para a escrita da monografia e de reflexões aqui reconstruídas. Alterações e adições perceptíveis são realizadas após leitura e comentários do par de pareceres anônimos da *Revista Antropologías del Sur* devido a valiosos e pontuais comentários emitidos à primeira versão do texto.

<sup>2</sup> Tradução pessoal e livre: “Consiste em ter esquecido que a hermenêutica é proposta pela descrição da ação significativa que parte da perspectiva do ator, ponto de vista que Geertz minimiza sistematicamente ao ser seduzido pela sua própria habilidade em distribuir adjetivos e referências cultas, ressemantizações instantâneas e citações oportuníssimas visando deslumbrar o leitor. Como proclamaram ao máximo os polífonistas, dialógicos e heteroglotas da etnografia pós-moderna, nos textos de Geertz não há espaço para ouvir a voz do informante, e até mesmo o nome deste nos está oculto”.

<sup>3</sup> Remeto aos avatares de antropologias centrais, como Boas, Evans-Pritchard, Lévi-Strauss e Malinowski.

<sup>4</sup> A orientação no Brasil é realizada por uma antropóloga militante e feminista, que possui produção na área de subjetividades, me permitindo atingir um específico traço de vista ao analisar o vivenciado em campo. Enquanto que a orientação portuguesa é dada por pesquisadora experiente em movimentos sociais e adepta da antropologia aplicada, me orientando para direcionar o trabalho de campo para não se finalizar na academia.

<sup>5</sup> Intervenção realizada em uma classe de estudos sobre práticas e métodos etnográficos em antropologia, ministrada por Pedro Prista, no ISCTE-IUL entre os anos de 2012 e 2013. Há intervenções complementares em classe de estudos homônima ministrada por Sónia Vespeira Almeida, na FCSH-UNL no mesmo período.

<sup>6</sup> Tradução pessoal e livre: “Os condicionamentos associados com uma particular seleção de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas para funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios que geram e organizam práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas para êxitos sem pressupor uma consciência que almeje estes resultados ou um domínio manifesto de operações necessárias para atingi-los. Objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser de qualquer maneira produto de obediência de regras, eles podem ser coletivamente orquestrados sem ser o produto da ação organizadora de um maestro condutor”.

## Referências bibliográficas

- Adami, V. H.** (2008). "Etnografias como métodos e dados de pesquisas: as experiências etnográficas que atravessam os movimentos hare krshina brasileiro e espanhol". En Blanes. R. Ll., Cantón, M., & Cornejo, M. *Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión*. Gipuzkoa: Ankulegi editorial. pp.: 21-38.
- Afonso, A.I.** (2006). "Practicing anthropology in Portugal. *Napa bulletin* (25). American Anthropological Association. pp.: 156-175.
- Albert, B.** (1997). "Ethnographic situation and ethnic movements: notes on post-malinowskian fieldwork". *Critique of anthropology*. vol. 17. Nº 1. pp.: 53-65.
- Amoroso, M.** (2012). "Os sentidos da etnografia em câmara cascudo e mário de andrade. *Revista do instituto de estudos brasileiros*. Nº 54. pp.: 177-181.
- Appiah, K. A.** (1993). "Cosmopolitan patriots". En Nussbaum, M. (ed.) *For love of country: debating the limits of patriotism*. Boston: Beacon Press. pp.: 21-29.
- Bourdieu, P.** (2005). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_ (1990). *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Buffa, E.** (2005). "A teoria em pesquisa: o lugar e a importância do referencial teórico na produção em educação". *Cadernos de pós-graduação*. vol. 4. São Paulo. pp.: 33-38.
- Cardoso, R.** (1986). "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". En Cardoso, R. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cardoso de Oliveira, R.** (1964). *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão europeia do livro.
- Clifford, J.** (1983). "On ethnographic authority". *Representations*. Nº 2. pp.: 118-146.
- Cohen, A.** (1992). "Self-conscious anthropology". En Callaway, H. & Okely, J. *Anthropology and Autobiography*. London: Routledge. pp.: 221-241.
- Crapanzano, V.** (1985). *Waiting: the whites of South Africa*. New York: Vintage.
- \_\_\_\_ (1994). *Hermes's dilemma and hamlet's desire*. Cambridge: Harvard University Press.
- Da Matta, R.** (1978). "O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues". En Nunes, E. de Oliveira. *A aventura sociológica*. São Paulo: Zahar. pp.: 23-35.
- \_\_\_\_ (1987). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Durham, E.** (1984). *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva.
- Eribon, D. & Lévi-Strauss, C.** (1990). *De perto e de longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Evans-Pritchard, E.E.** (1992). *Los Nuer*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Favret-Saada, J.** (2005). "Ser afetado". *Cadernos de campo*. vol. 13, Nº 13. São Paulo. pp.: 155-161.
- Fernandes, F., Grossi, M. & Mello, A.** (2013). "Entre pesquisar e militar: engajamento político e construção da teoria feminista no brasil". *Revista Ártemis*. vol. xv. Num 1. João Pessoa: UFB. pp.: 10-29.
- Foucault, M.** (1977). *Language counter-memory, practice: selected essays and interviews*. New York: Cornell University Press.
- \_\_\_\_ (2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Geertz, C.** (1973). *The interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Books.
- Gellner, E.** (1999). *Language and solitude: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg dilemma*. New York: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_ (1990). *Relativism and the social sciences*. New York: University of Cambridge Press.
- Goldman, M.** (2008). "Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia". *Ponto Urbe*. ano 2. ver. 3.0. pp.: 1-11.
- Goodman, L.** (1961). "Snowball sampling". *Annals of mathematical statistics*. vol. 32. Nº 1. Chicago. pp. 148-170.
- Grossi, M.P.** (1992). "Na busca do outro encontra-se a si mesmo". *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: UFSC.
- Herzfeld, M.** (1987). Preface. En *Anthropology through the looking glass: critical ethnography in the margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kellest, P.** (2009). "Advocacy in anthropology: active engagement or passive scholarship?" *Durham anthropology journal*. vol. 16. Nº 1. pp.: 22-31. Durham.
- Kuhn, T.** (2006). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Kuper, A.** (1994). "Culture, identity, and the project of a cosmopolitan anthropology". *Man*. vol. 29 pp.: 537-554.
- Latour, B.** (1994). "On technical mediation: philosophy, sociology and genealogy". *Common knowledge*. vol. 3. Nº 2. Durhan: Dukepress. pp.: 29-64.
- \_\_\_\_ (2008). *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Editorial Manantial.
- Low, S. & Merry, S.** (2010). "Engaged anthropology: diversity and dilemas (an introduction to supplement 2)". *Current anthropology*. vol. 51, supplement 2. Pp.: s203-s226.
- Magnani, J. G.** (1984). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Marcus, G.** (1995). "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography". *Annual review of anthropology*, vol. 24, pp. 95-117.
- Mead, M.** (1963). *Sex and temperament in three primitive societies*. New York: Morrow.
- Melatti, J.C.** (2007). "A antropologia no Brasil: um roteiro". *Série antropologia*. num 38. Brasília: UNB.
- Miceli, J.E.** (2003). "Sobre la contestación de Enrique Anrubia a Carlos Reynoso. Enumerando dificultades para entender una crítica interpretativista". *Gazeta de antropología*. Nº 19.



- Nordstrom, C. & Robben, A.** (orgs.) (1995). *Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival*. Berkeley: University of California Press.
- Oliveira, M.C. de.** (2008). "Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza". *Scientiae studia*. vol. 6. Nº 1. pp.: 97-116.
- Ramos, A.R. do.** (2007). "Engajamento ao desprendimento". *Série antropologia*. vol. 414. Brasília: UNB.
- Reynoso, C.** (2007). "El lado oscuro de la descripción densa – diez años después". *Anthropologika: Revista de estudio e investigaciones en antropología*. Arequipa: Centro de estudios e investigación en antropología. pp.: 136-193.
- Ribeiro, G.L.** (2006). "Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 21. Nº 60. pp.: 147-165.
- Sardenberg, C.** (2004). "Estudos feministas: um esboço crítico". En Gurgel, C. (org.). *Teoria e práxis dos enfoques de gênero*. Salvador: Redor-Negif. pp.: 17- 40.
- Scheper-Hughes, N.** (1995). "The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology". *Current anthropology*. vol. 36. Nº 3. pp.: 409-420.
- Stafford, C.** (2000). "Chinese patriliney and the cycles of yang and laiawang". En Carsten, J. (ed.). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press. pp.: 35-54.
- Thomas, N.** (1991). "Against ethnography". *Cultural anthropology*. vol. 6. Nº 3. pp.: 306-322.
- Touraine, A.** (1981). *The voice and the eye: an analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, V.** (1969). *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.
- Uriarte, U.M.** (2012). "Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas". *Redobra*. ano 3. Nº 10. pp.: 171-189. Salvador.
- Van Gennep, A.** (1960). *The rites of passage*. Chicago: University of Chicago Press.
- Velho, G.** (1978). "Observando o familiar". En Nunes, E.O. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar. pp.: 36-46.
- \_\_\_\_\_. (2002). *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Aahar Editores.
- Velho, O.** (org.) (1979). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Verde, F.** (2010). "Tambores de mortos? Sobre um estudo etnográfico da democracia em ilhéus, a antropologia feita em casa e a falácia do apelo à crença". *Anuário antropológico*. (2009). vol. 1.
- Wall, S.** (2006). "An autoethnography on learning about autoethnography". *International journal of qualitative methods*. vol. 5. Nº 2. pp.: 1-12. Alberta.

**length**

12 inches=1 foot
3 feet=1 yard
220 yards=1 furlong
5,280 feet=1 SM
6,576 feet=1 NM
10 mm=1 cm
10 cm=1 dm
10 dm=1 m
10 m=1 dam
1,000 m=1 km
1 inch=2.54 cm
0.3937 inch=1 cm
1 SM=1,609.3 km
0.6214 SM=1 km
1 NM=1.852 km
0.540 NM=1 km

**volume**

1,728 inches <sup>3</sup> =1 foot <sup>3</sup>
27 feet <sup>3</sup> =1 yard <sup>3</sup>
1,000 mm <sup>3</sup> =1 cm <sup>3</sup>
1,000 cm <sup>3</sup> =1 dm <sup>3</sup>
1,000 dm <sup>3</sup> =1 m <sup>3</sup>
1 inch <sup>3</sup> =16.387 cm <sup>3</sup>
0.0610 inch <sup>3</sup> =1 cm <sup>3</sup>
1 yard <sup>3</sup> =0.7646 m <sup>3</sup>
1,3080 yard <sup>3</sup> =1 m <sup>3</sup>

**temperature**

°F	-40	-21	-22	-13	-4	5	14	23	32	41	50	59	68	77	86	95	104	113	122	131	140	149	158	167	176	185	194	203	212	221	230	239	248	257	266	275	284	293	302	311	320	329	338	347	356	365	374	383	392	401	410	419	428	437	446	455	464	473	482	491	500	509	518	527	536	545	554	563	572	581	590	599	608	617	626	635	644	653	662	671	680	689	698	707	716	725	734	743	752	761	770	779	788	797	806	815	824	833	842	851	860	869	878	887	896	905	914	923	932	941	950	959	968	977	986	995	1004	1013	1022	1031	1040	1049	1058	1067	1076	1085	1094	1103	1112	1121	1130	1139	1148	1157	1166	1175	1184	1193	1202	1211	1220	1229	1238	1247	1256	1265	1274	1283	1292	1301	1310	1319	1328	1337	1346	1355	1364	1373	1382	1391	1400	1409	1418	1427	1436	1445	1454	1463	1472	1481	1490	1499	1508	1517	1526	1535	1544	1553	1562	1571	1580	1589	1598	1607	1616	1625	1634	1643	1652	1661	1670	1679	1688	1697	1706	1715	1724	1733	1742	1751	1760	1769	1778	1787	1796	1805	1814	1823	1832	1841	1850	1859	1868	1877	1886	1895	1904	1913	1922	1931	1940	1949	1958	1967	1976	1985	1994	2003	2012	2021	2030	2039	2048	2057	2066	2075	2084	2093	2102	2111	2120	2129	2138	2147	2156	2165	2174	2183	2192	2201	2210	2219	2228	2237	2246	2255	2264	2273	2282	2291	2300	2309	2318	2327	2336	2345	2354	2363	2372	2381	2390	2399	2408	2417	2426	2435	2444	2453	2462	2471	2480	2489	2498	2507	2516	2525	2534	2543	2552	2561	2570	2579	2588	2597	2606	2615	2624	2633	2642	2651	2660	2669	2678	2687	2696	2705	2714	2723	2732	2741	2750	2759	2768	2777	2786	2795	2804	2813	2822	2831	2840	2849	2858	2867	2876	2885	2894	2903	2912	2921	2930	2939	2948	2957	2966	2975	2984	2993	3002	3011	3020	3029	3038	3047	3056	3065	3074	3083	3092	3101	3110	3119	3128	3137	3146	3155	3164	3173	3182	3191	3200	3209	3218	3227	3236	3245	3254	3263	3272	3281	3290	3299	3308	3317	3326	3335	3344	3353	3362	3371	3380	3389	3398	3407	3416	3425	3434	3443	3452	3461	3470	3479	3488	3497	3506	3515	3524	3533	3542	3551	3560	3569	3578	3587	3596	3605	3614	3623	3632	3641	3650	3659	3668	3677	3686	3695	3704	3713	3722	3731	3740	3749	3758	3767	3776	3785	3794	3803	3812	3821	3830	3839	3848	3857	3866	3875	3884	3893	3902	3911	3920	3929	3938	3947	3956	3965	3974	3983	3992	4001	4010	4019	4028	4037	4046	4055	4064	4073	4082	4091	4100	4109	4118	4127	4136	4145	4154	4163	4172	4181	4190	4199	4208	4217	4226	4235	4244	4253	4262	4271	4280	4289	4298	4307	4316	4325	4334	4343	4352	4361	4370	4379	4388	4397	4406	4415	4424	4433	4442	4451	4460	4469	4478	4487	4496	4505	4514	4523	4532	4541	4550	4559	4568	4577	4586	4595	4604	4613	4622	4631	4640	4649	4658	4667	4676	4685	4694	4703	4712	4721	4730	4739	4748	4757	4766	4775	4784	4793	4802	4811	4820	4829	4838	4847	4856	4865	4874	4883	4892	4901	4910	4919	4928	4937	4946	4955	4964	4973	4982	4991	5000
°C	-40	-35	-30	-25	-20	-15	-10	-5	0	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100	105	110	115	120	125	130	135	140	145	150	155	160	165	170	175	180	185	190	195	200	205	210	215	220	225	230	235	240	245	250	255	260	265	270	275	280	285	290	295	300	305	310	315	320	325	330	335	340	345	350	355	360	365	370	375	380	385	390	395	400	405	410	415	420	425	430	435	440	445	450	455	460	465	470	475	480	485	490	495	500																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

**speed**

mph	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140	150	160	170	180	190	200	210	220	230	240	250	260	270	280	290	300	310	320	330	340	350	360	370	380	390	400	410	420	430	440	450	460	470	480	490	500	510	520	530	540	550	560	570	580	590	600	610	620	630	640	650	660	670	680	690	700	710	720	730	740	750	760	770	780	790	800	810	820	830	840	850	860	870	880	890	900	910	920	930	940	950	960	970	980	990	1000																									
kph	32	48	64	80	96	112	128	144	160	176	192	208	224	240	256	272	288	304	320	336	352	368	384	400	416	432	448	464	480	496	512	528	544	560	576	592	608	624	640	656	672	688	704	720	736	752	768	784	800	816	832	848	864	880	896	912	928	944	960	976	992	1008	1024	1040	1056	1072	1088	1104	1120	1136	1152	1168	1184	1200	1216	1232	1248	1264	1280	1296	1312	1328	1344	1360	1376	1392	1408	1424	1440	1456	1472	1488	1504	1520	1536	1552	1568	1584	1600	1616	1632	1648	1664	1680	1696	1712	1728	1744	1760	1776	1792	1808	1824	1840	1856	1872	1888	1904	1920	1936	1952	1968	1984	2000

**area**

144 inch <sup>2</sup> =1 foot <sup>2</sup>
9 feet <sup>2</sup> =1 yard <sup>2</sup>
4,840 yards <sup>2</sup> =1 acre
640 acres=1 mile <sup>2</sup>
100 mm <sup>2</sup> =1 cm <sup>2</sup>
100 cm <sup>2</sup> =1 dm <sup>2</sup>
10,000 cm <sup>2</sup> =1 m <sup>2</sup>
100 m <sup>2</sup> =1 dam <sup>2</sup>
100 dam <sup>2</sup> =1 ha
10,000 dam <sup>2</sup> =1 km <sup>2</sup>
1 inch <sup>2</sup> =6.4516 cm <sup>2</sup>
0.155 inch <sup>2</sup> =1 cm <sup>2</sup>
1 acre=0.4047 ha
2.471 acres=1 ha
1 SM <sup>2</sup> =2.5900 km <sup>2</sup>
0.3861 SM <sup>2</sup> =1 km <sup>2</sup>

**weight**

437.5 grains=1 ounce
480 grains=
1 troy (fine) ounce
16 drams=1 ounce
16 ounces=1 pound
14 pounds=1 stone
112 pounds=
1 long hundredweight
2,000 pounds=1 ton

**capacity**

16 ounces=1 (U.S.) pint
20 ounces=1 imperial pint
2.4219 cups=1 pint
2 pints=1 quart
4 quarts (U.S.)=1 gallon
1,200 (U.S.) gallons=
1 imperial (UK) gallon
10 mi=1 cf
100 cf=1
100 l=1 H
1 (U.S.) quart=0.9463 l
1.0567 (U.S.) quart=1 l
1 (U.S.) gallon=3.7854 l
0.2642 (U.S.) gallon=1 l
1 (UK) gallon=4.5460 l
0.2200 (UK) gallon=1 l

SM: statute mile

NM: nautical mile

